



Número: **0800397-51.2019.8.20.5135**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Almino Afonso**

Última distribuição : **23/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.845,61**

Processo referência: **0100340-10.2017.8.20.0135**

Assuntos: **Correção Monetária, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO (EXEQUENTE)		RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42151102	23/04/2019 10:05	Planilha de Cálculo - 0100340-10-2017-8-20-0135-luana-beatriz-costa-de-araujo-	Planilha de Cálculos
42151178	23/04/2019 10:05	sentença	Título Executivo
42151235	23/04/2019 10:05	Certidão de trânsito em julgado	Outros documentos
42151265	23/04/2019 10:05	Petição Inicial	Outros documentos
42151293	23/04/2019 10:05	Procuração	Procuração
42151307	23/04/2019 10:05	Documentos pessoais	Documento de Identificação
42151394	23/04/2019 10:05	contestação compressed	Documento de Comprovação
42862645	14/05/2019 16:31	Despacho	Despacho
43013598	20/05/2019 14:11	Intimação	Intimação

PROJEF WEB - Programa para Cálculo de Liquidação de Sentença

Desenvolvido pelos Núcleos de Cálculos Judiciais e de Tecnologia da Informação da Justiça Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO DO CÁLCULO

Processo: 0100340-10.2017.8.20.0135

Autor: Luana Beatriz Costa de Araújo

Réu: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT

I - PARTES

Nome	Principal corrigido	Juros de mora	Total (R\$)
indenização DPVAT	2.865,58	630,43	3.496,01
Total Partes ->	2.865,58	630,43	3.496,01

II - SUCUMBÊNCIA

Descrição	Total (R\$)
Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%)	349,60
Total de Sucumbências ->	349,60

III - TOTALIZAÇÃO

Descrição	Total (R\$)
SUBTOTAL DA CONTA (I + II)	3.845,61
TOTAL DA CONTA EM 04/2019	3.845,61

ATUALIZADO ATÉ ABRIL/2019

Frutuoso Gomes, 23 de abril de 2019

Cálculo elaborado por: Raul Limeira

Critérios e parâmetros do cálculo

Data de início dos juros moratórios: 06/2017 (de forma decrescente para parcelas com data posterior)

Juros de mora: 12% a.a.

Critério de correção monetária das parcelas: Ações Condenatórias em Geral - Manual de Cálculos da JF (Edição 2013)

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-01/89) IPC/IBGE (01/89-42,72% e 02/89-10,14%, expurgos) BTN (03/89-03/90) IPC/IBGE (03/90-02/91) INPC (03/91-11/91) IPCA-E (12/91) UFIR (01/92-12/00) IPCA-E (01/01-acumulado ano 2000) IPCA-E (mensal, de 01/2001 em diante) (contém expurgos - IPC/IBGE de 03/90 a 02/91).

Sucumbências: Não foram apuradas

Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%)

Critério de correção monetária dos honorários advocatícios: Ações Condenatórias em Geral - Manual de Cálculos da JF (Edição 2013)

Composição do critério: ORTN (10/64-02/86) OTN (03/86-01/89) IPC/IBGE (01/89-42,72% e 02/89-10,14%, expurgos) BTN (03/89-03/90) IPC/IBGE (03/90-02/91) INPC (03/91-11/91) IPCA-E (12/91) UFIR (01/92-12/00) IPCA-E (01/01-acumulado ano 2000) IPCA-E (mensal, de 01/2001 em diante) (contém expurgos - IPC/IBGE de 03/90 a 02/91).

O programa PROJEF WEB foi desenvolvido a título de sugestão no intuito de possibilitar que o Autor apresente uma conta no momento do ajuizamento e/ou da execução do processo. Contudo, salientamos que sempre prevalecerá o entendimento de cada Juízo nas questões pertinentes aos cálculos judiciais. Pelo fato desse programa conter inúmeras opções de critérios de correção monetária e de juros moratórios, o usuário ficará inteiramente responsável pelas suas escolhas. A simples utilização do programa não implica em certeza absoluta no seu resultado final e nem em aceitação compulsória por parte do Magistrado.

DEMONSTRATIVO DE PARCELAS**PARTE: indenização DPVAT**

#	Data	Principal (A)	Coef. Corr. Monetária (B)	Princ. Corrigido (C = A x B)	Juros % (D)	Juros \$ (E = C x D)	Total (R\$) (F = C + E)
1	06/15	2.362,50	1,2129426741	2.865,58	22,0000%	630,43	3.496,01
Totais		2.362,50		2.865,58		630,43	3.496,01
Total da Parte: indenização DPVAT =>							3.496,01

DEMONSTRATIVO PARA FINS DE RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE-RRA (LEI 12.350/2010)

Anos-calendário anteriores		Ano-calendário atual (2019)	
Qtd. Parcelas	Valor	Qtd. Parcelas	Valor
1	R\$ 3.496,01	0	R\$ 0,00

DEMONSTRATIVO DE SUCUMBÊNCIAS

Descrição	Data	Principal (A)	Coef. Correção Monetária (B)	Principal Corrigido (R\$) (C = A x B)
Honorários Advocatícios (fixados sobre valor da condenação - 10,00%)	04/19	349,60	1,00000000	349,60
Total da Sucumbência =>				349,60



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



Processo n.: 0100340-10.2017.8.20.0135
Procedimento Ordinário
Parte Autora: Luana Beatriz Costa de Araújo
Parte Ré: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

Luana Beatriz Costa de Araújo, qualificado nos autos, por meio de advogado legalmente habilitado, promoveu **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, igualmente qualificada.

Aduz a autora que no dia 03 de junho de 2015 foi vítima de acidente automobilístico, ocasião em que perdeu o controle do seu automóvel, vindo a cair, causando-lhe fratura no acetábulo esquerdo, que lhe acarretaram sequelas de caráter permanente.

Outrossim, alega a autora que pleiteou, na via administrativa, sob o nº 3160065106, o seguro DPVAT, tendo em vista que suas lesões quantificaram 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro obrigatório, cuja importância seria de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), porém, afirma que recebeu apenas a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Anexou, em prol de sua pretensão, a documentação carreada às fls. 07/25.

Citada, a parte ré apresentou contestação às fls. 30/38, alegando, preliminarmente, acerca da ausência de laudo do IML e sobre a falta de interesse de agir. No mérito, aduziu que, em caso de eventual condenação, seja respeitado o grau de invalidez, requerendo a extinção do feito ante o pagamento na via administrativa e a realização de perícia médica no autor. Por fim, pleiteou que os juros de mora e a correção monetária deverão incidir, respectivamente, a partir da citação e da data do evento danoso.

Anexou aos autos os documentos carreados às fls. 39/45.

Intimada, a parte autora apresentou impugnação à contestação às fls. 53/55, solicitando a realização de perícia médica no autor e a procedência da ação.

A parte ré anexou aos autos cópia do processo administrativo (fls. 57/89).

Às fls. 95/96 sobreveio aos autos o laudo médico da autora, em virtude da realização de perícia determinada por este juízo, havendo manifestação da parte autora (fls. 105/107) e da parte ré (fls. 108/109), acerca do referido laudo pericial, tendo esta última anexado também alegações finais (fls. 112/117).

É o relatório. Decido.

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



II – FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrar no julgamento da questão, registro, por oportuno, que o acidente ocorreu em 03/06/2015, que o requerimento no âmbito administrativo se deu, em tese, em 25/01/2016 (fls. 29) e seu pagamento em 19/06/2017 e, que a propositura da presente ação data de 09/05/2017, em vista do que não transcorreu o prazo prescricional trienal – Enunciado 405, da Súmula do STJ e art. 206, §3º, IX, do CC – na espécie.

Ressalto, também, que a ampla defesa e o contraditório restaram devidamente respeitados, não havendo cerceamento de defesa, tendo em vista que há nos autos prova pericial técnica conclusiva acerca da invalidez da parte autora, assim como manifestação de ambas as partes sobre o respectivo laudo pericial, havendo, portanto, a regularidade do presente feito, em face da ausência de nulidade processual a ser declarada.

Inicialmente, a parte ré levantou preliminar de carência de ação por ausência de documento essencial à propositura da demanda, qual seja, laudo do IML. Ocorre que, no presente caso, não há que se falar em extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista que a inicial encontra-se instruída com documentos médicos suficientes ao ajuizamento da demanda, os quais foram complementados pelo respectivo laudo do perito judicial, que se mostra apto à constatação das lesões sofridas pela autora, bem como o grau de invalidez. Logo, rejeito a preliminar suscitada.

No que tange à preliminar de falta de interesse de agir, tem-se que, havendo a seguradora, na via administrativa, realizado o pagamento da indenização em montante que a parte autora entende desproporcional ao grau de invalidez que suporta, é certo que se vislumbra o interesse de levar ao Judiciário a contenda, a fim de requerer a complementação daquele *quantum*. A inafastabilidade da jurisdição é garantia prevista no texto constitucional (CF, art. 5º, XXXV) e com plena aplicabilidade à presente hipótese, em vista do que não há falar em falta de interesse de agir na espécie. Assim, também rejeito a preliminar suscitada.

Por conseguinte, analisada as preliminares suscitadas pela parte ré e não havendo causas a obstar o julgamento de mérito, passo ao exame dos fatos objeto da presente demanda.

O Seguro Obrigatório DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres). Essa definição menciona que o Seguro DPVAT cobre danos pessoais, o que implica não haver cobertura para danos materiais, como roubo, colisão ou incêndio do veículo.

A Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização por seguro DPVAT, para admitir a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada. *In verbis*:

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

.....

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei." (NR)

Em tal Lei, consta tabela que lhe segue como anexo, reproduzida adiante:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
--	---------------------

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis e ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Assim, em que pese a parte autora tenha recebido via processo administrativo valor correspondente à conclusão acerca da invalidez nesta seara, a perícia judicial realizada constatou grau de invalidez, na requerente, superior ao do âmbito administrativo, pois **o laudo médico correspondente carreado às fls. 95/96 comprova que a autora ficou acometida no quadril esquerdo, concluindo pelo déficit funcional do membro inferior esquerdo em grau de 50%, bem como que essa enfermidade decorreu do acidente automobilístico descrito na Inicial.**

Desse modo, impende assinalar que o pleito indenizatório está a depender **da prova do dano, do acidente automobilístico e do nexo causal aí existente**, consoante dicção do artigo 5º da Lei nº. 6.194/1974. Transcrevo:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

É o que se infere do cotejo do boletim de ocorrência com o boletim de atendimento de urgência e demais documentos, além do laudo pericial de fls. 95/96, que é suficientemente claro e objetivo

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



em sua conclusão quanto ao estado de saúde da autora, atestando-se, portanto, que o quadro clínico da parte autora desenhado nos autos foi decorrente do acidente automobilístico, com a presença de **nexo de causalidade entre eles**.

Assim, não há o que se falar em extinção do feito com julgamento de mérito ante o pagamento de valor na via administrativa, pois, a parte autora não impugnou o valor já recebido, mas requereu a complementação deste valor, em virtude de sua lesão ter quantificado percentagem maior do que a efetivamente constatada pela Seguradora, ora ré.

Dessa forma, para os sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei nº 11.945, (04/06/09), a regra da graduação de valores será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela acima referida.

Os percentuais devem ser calculados sobre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que o sinistro é posterior à MP nº 340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei nº 11.482/07 (31/05/07), a qual previu que a indenização deveria ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários-mínimos. E, em se tratando de invalidez parcial do beneficiário, ter-se-á indenização paga de forma proporcional ao grau da invalidez, na forma do Enunciado 474, da Súmula do STJ.

Quanto ao grau da invalidez da parte autora, pode-se inferir, através do laudo médico da autora, que a incapacidade permanente é **parcial incompleta**, relativa à **lesão no membro inferior esquerdo**, com repercussão **média (50%)**.

Enquadrando-se tal situação na tabela anexa à Lei n. 6.194/74, por observância do disposto no seu art. 3º, §1º, incisos I e II, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.945/09, tem-se **inicialmente**, no que tange à **lesão no membro inferior esquerdo**, a aplicação do percentual de 70% sobre os R\$ 13.500,00 - "**Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores**", auferindo-se o montante de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.

Numa segunda etapa do cálculo, considerando ser a lesão parcial incompleta, faço incidir sobre o valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, o percentual de **50%**, em vista do grau de incapacidade **média** apontado na avaliação médica, para se chegar ao montante de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, devidos à parte autora em relação à lesão no membro inferior esquerdo.

Portanto, tem-se que o montante devido à parte autora corresponde a R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Entretanto, observo que foi pago administrativamente à autora o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Sendo assim, a autora faz jus à diferença entre o valor realmente devido e aquele que foi pago efetivamente, na via administrativa, pela seguradora, a qual resulta na quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

Quanto à correção monetária da indenização entendo ser devida a partir do sinistro (Enunciado 580, da Súmula do STJ), pois serve para manter o *quantum* devido àquela época atualizado. Portanto, a partir da data do evento fatídico – 03 de junho de 2015 – deverá incidir a atualização monetária.

Quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há que se ressaltar que, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no Enunciado da Súmula n.º 54/STJ. Por isso, oportuno averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora, que no presente caso, verifico ser o termo inicial, o da citação válida e regular, cujo percentual dos juros moratórios é o legal de 1% ao mês.

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo, com base no art. 487, I, do CPC, **parcialmente procedente** a pretensão formulada na Inicial, para condenar a parte demandada a pagar à parte autora a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, acrescido de correção monetária, conforme Tabela – Modelo 1 – Justiça Federal, desde a data do sinistro (03/06/2015) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (19/06/2017 – fls. 29) até a data do efetivo pagamento.

Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, cujo montante fica dividido à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada litigante, sopesados os critérios estabelecidos no art. 85, §2º, do CPC, na esteira do disposto no art. 86, *caput*, também do CPC, sendo que, com relação à parte autora, a exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do diploma legal já citado, em razão da gratuidade de justiça deferida às fls. 27.

Sobrevindo o trânsito em julgado e havendo custas a serem pagas, remetam-se os expedientes necessários à COJUD para cálculo e cobrança das referidas custas.

Comprovado o pagamento das custas ou mesmo cumprido o estabelecido no item anterior, ARQUIVEM-SE os autos, com baixa nos registros.

Caso seja interposto recurso, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões em 15 (quinze) dias úteis e, em seguida, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, independentemente de análise quanto à admissibilidade por este Juízo (CPC, art. 1.010, §§ 1º e 3º).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Almino Afonso/RN, 12 de fevereiro de 2019.

Larissa Almeida Nascimento

Juíza de Direito

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0024/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça nº 2708, do dia 14/02/2019, sendo considerada como data da publicação o dia 15/02/2019, com início do prazo em 18/02/2019, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

23/02/2019 à 24/02/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
23/02/2019 à 24/02/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
02/03/2019 à 03/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
02/03/2019 à 03/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
04/03/2019 à 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
04/03/2019 à 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
04/03/2019 à 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
09/03/2019 à 10/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
09/03/2019 à 10/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Raul Limeira de Sousa Neto (OAB 9340/RN)	15	13/03/2019
Antonio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 1066A/RN)	15	13/03/2019

Teor do ato: "Diante do exposto, julgo, com base no art. 487, I, do CPC, parcialmente procedente a pretensão formulada na Inicial, para condenar a parte demandada a pagar à parte autora a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescido de correção monetária, conforme Tabela - Modelo 1 - Justiça Federal, desde a data do sinistro (03/06/2015) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (19/06/2017 - fls. 29) até a data do efetivo pagamento. "

Do que dou fé.
Almino Afonso, 15 de fevereiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA Vara Única DA COMARCA DE Almino Afonso

CERTIDÃO

Processo n.º 0100340-10.2017.8.20.0135

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente: Luana Beatriz Costa de Araújo

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Certifico que, em data de **13/03/2019**, às 18:00h, transitou em julgado a sentença de fls. **119/124**, sem que tenha havido interposição de recurso.

O referido é verdade, dou fé.

Almino Afonso/RN, 27 de março de 2019.

Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LENIVAN NUNES DE PAIVA. Para conferir o original, acesse o site <https://pje.tjrn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042309581289600000040769037>, informe o processo 0100340-10.2017.8.20.0135 e o código 3R0000000354N.



RAUL LIMEIRA - ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAÚJO, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade nº 003.478.432, órgão expedidor SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob o nº 706.168.224-00, residente e domiciliada no sítio Mata-Seca, Zona Rural, Município de Frutuoso Gomes - RN, CEP: 59.890-000, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, com endereço profissional indicado no rodapé desta, *onde receberá as notificações que se fizerem necessárias*, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com espeque no art. 3º da Lei Federal nº 6.194/74 c/c o art. 319 do Código de Processo Civil, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belarmino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000
E-mail: raullimeira@yahoo.com.br - Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343
Página 1 de 9

I – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1. A parte autora, *prima facie*, suplica a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, na forma do art. 98 do CPC, por ser a postulante pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas do processo e eventual pagamento de honorários sucumbenciais, sem comprometer seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração firmada em procuração e ratificada por este causídico, nos termos do art. 105 do CPC.
2. O direito ora vindicado está em perfeita sintonia com o entendimento do egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o qual assim se pronunciou sobre a matéria:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. INDEFERIMENTO. **DECLARAÇÃO DA PARTE DE QUE NÃO PODE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS SEM O COMPROMETIMENTO DO SEU SUSTENTO. AGRAVANTE QUE POSSUI RENDA INFERIOR A 02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS.** ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UERN. **PRESUNÇÃO JURIS TANTUM.** AUSÊNCIA DE PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. DIREITO AO BENEFÍCIO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. (AGTR nº 2010.012547-5, TJRN, 1ª Câmara Cível, Des. Rel. Dilermando Mota, data de julgamento 22/03/2011). (grifos acrescidos).

3. Assim sendo, milita em favor do postulante a presunção de pobreza, face a sua condição social declarada, não podendo o magistrado negar-lhe tal direito, salvo existindo prova em contrário.

II – DOS FATOS

4. No dia 03 de junho de 2015, quando trafegava na rodovia estadual RN-117, no Centro da cidade de Frutuoso Gomes/RN, em um veículo do tipo HONDA NXR 150 BROS, cor vermelha, licenciada em nome de Joseane Bezerra da Silva, a promotente sofreu um acidente grave, por volta das 16h00min, ao ser colhida lateralmente pela esquerda por um veículo não identificado e perder o controle da moto, vindo a cair na pista de rolamento, consoante Boletim de Ocorrência da Delegacia de Frutuoso Gomes – RN, anexo.

=====

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belamino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000
E-mail: raullimeira@yahoo.com.br – Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343

Página 2 de 9



5. Na ocasião, o acidentado foi levado ao Hospital Severina Carlos de Andrade, em Frutuoso Gomes – RN e logo em seguida para o Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade (HRCCA) em Pau dos Ferros - RN, conforme documentos anexos do primeiro atendimento. O diagnóstico dado pela equipe de urgência apontou grave lesão no fêmur e quadril, conforme documentação inclusa.

6. Após todas as medidas corretivas necessárias terem sido adotadas, a requerente ainda assim sofre com a **sequela de fratura no acetábulo esquerdo, com limitação funcional que a incapacita para o trabalho (CID 10 – S 32.4 e CID 10 – T 93)**, que acarreta perda anatômica e funcional de membro inferior esquerdo, conforme relatórios médicos do Dr. Ivonézio Queiroz de Souza, médico ortopedista, com CRM/RN 4.152, anexos.

7. Vitima de acidente automobilístico, com sequelas de caráter definitivo, a demandante com base da legislação em vigor, requereu pela via administrativa, junto à seguradora promovida, o recebimento do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde o requerimento/sinistro administrativo recebeu o nº **3160065106**, sendo pago ao demandante a quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme comprovante em anexo.

8. A toda evidência, o valor pago administrativamente pela invalidez, não corresponde ao valor integral devido a requerente, ou seja, a seguradora requerida não indenizou o requerente de acordo com a tabela incluída no art. 3º da Lei 6.194/74 pela Lei 11.945/2009, que quantifica o percentual que deverá ser pago por cada parte do corpo acometida de invalidez decorrente de acidente automobilístico, haja vista as lesões apresentadas pelo requerente quantificaram 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro de acordo com a referida tabela, senão vejamos:

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	Percentuais das Perdas
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

=====

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belamino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000
E-mail: raullimeira@yahoo.com.br – Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343

Página 4 de 9



9. Portanto, em tendo as lesão do requerente quantificado 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro obrigatório, a seguradora requerida haveria de ter pago administrativamente a requerente a importância de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.

10. Assim, remanesce crédito do demandante junto à seguradora promovida, restando à seguradora reembolsar o valor da diferença, ou seja, **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, retroativos e atualizados, acrescidos de juros e correção monetária desde a data em que se efetivou o pagamento a menor da indenização.

11. Portanto, o demandante decidiu buscar a tutela jurisdicional do Estado para resguardar seus direitos. haja vista o mesmo ter sido vítima de acidente de trânsito e não ter recebido integralmente o seguro obrigatório, pleiteando assim a mais lúdima justiça.

III – DO DIREITO

12. O DPVAT é um seguro de cobertura de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, Lei nº 11.482/07 e Lei nº 11.945/09, como política de Estado para indenizar as vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em via terrestre.

13. É sabido que as empresas seguradoras seguem as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, autarquia federal, onde pressupõe que a indenização do seguro ocorre quando há o sinistro. Além disso, a própria Lei do DPVAT estabelece os critérios para se obter o pagamento do prêmio do seguro obrigatório, dispondo o art. 5º que: “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Importa salientar, neste caso, que a requerente comprova, com base nos documentos anexos, que o acidente existiu e que sofreu um dano pessoal funcional e/ou anatômico.

14. Igualmente importante é esclarecer que a Lei do DPVAT prevê três tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de

=====

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belarmino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000
E-mail: raullimeira@yahoo.com.br – Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343

Página 5 de 9

via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, sejam elas: por morte; por invalidez total ou parcial; ou por despesas de assistência médica e suplementares, conhecidas como DAMS. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas.

15. No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do requerente em acidente de trânsito, dimanando incapacidade permanente, conforme Laudos Periciais anexados.

16. O prêmio por invalidez permanente total prevê uma indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974, senão vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifos nossos).

17. À vista da exegese do realçado versículo legal e tendo em vista a documentação anexa, resta sobejamente caracterizada a existência de direito subjetivo da parte autora ao recebimento do valor de 70% do teto indenizatório previsto em lei.

18. Lastreando a pretensão de cobrança do seguro DPVAT, colaciona-se julgado do egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, assim disposto:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOTOR. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES (DPVAT). RITO SUMÁRIO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA LIDE. REJEIÇÃO. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belarmino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000

E-mail: raullimeira@yahoo.com.br – Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343

Página 6 de 9



A FASE MERITÓRIA. MÉRITO: AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOTOR QUE RESULTOU EM SEQUELAS FÍSICAS PERMANENTES. PERDA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA NOS AUTOS DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO ADMINISTRATIVAMENTE. INTERESSE NA CAUSA EVIDENCIADO. AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. INDENIZAÇÃO COM PARÂMETRO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO EM SETEMBRO/2006. APLICAÇÃO DA LEI N.º 6.194/74. LAUDO PERICIAL QUE APONTA SEQUELAS GRAVÍSSIMAS. VALOR FIXADO PELO JUÍZO A QUO JUSTO E CONDIZENTE COM O CASO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA. PRETENSÃO DE CONTAGEM A PARTIR DA CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE OFÍCIO PELO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO SINISTRO. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO." (AC nº 2012.008973-5, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. Vivaldo Pinheiro, d.j. 25/10/2012).

19. Resta claro que faz jus o requerente ao valor do prêmio do seguro DPVAT, devidamente atualizadas até o efetivo pagamento e acrescidos de juros moratórios.

20. Com efeito, o seguro obrigatório (DPVAT), previsto na Lei nº 6.194/74, que tem natureza jurídica no campo da responsabilidade civil objetiva (teoria do risco integral), por imposição legal capitulada no art. 5º, surge como modalidade eminentemente de danos pessoais causados por acidente de trânsito. Veja-se, a propósito, *in verbis*:

Lei nº. 6.194/74, art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

21. Nos termos do art. 5º da Lei nº Lei 6.194/74, a teoria da responsabilidade objetiva preceitua que o segurado ou acidentado, ao buscar ser ressarcido pelos danos que lhe advieram, não precisa demonstrar a culpa, sendo suficiente a comprovação da lesão suportada e o liame de causalidade. Devem ficar comprovados: a) a existência de um sinistro; b) a ocorrência de lesões ou morte; e c) o nexo de causalidade.

22. Assim, existe relação de causalidade entre o sinistro e as sequelas sofridas pelo demandante, onde a invalidez provém direta e imediatamente do acidente automobilístico.

23. Por óbvio, se não tivesse ocorrido o acidente que envolveu o veículo que conduzia o demandante, seguramente o demandante não teria sofrido qualquer evento danoso e, por consequência, não haveria invalidez a ser indenizada.

24. Nesse pórtico, resta manifestamente comprovada à invalidez permanente, assim resta comprovado o nexo de causalidade, sendo devida a indenização securitária.

25. Por conseguinte, uma vez evidenciado que o acidente automobilístico acarretou ao demandante invalidez permanente, não existe qualquer óbice ao pagamento da indenização securitária (Seguro DPVAT) pela seguradora promovida, impondo-se a procedência integral da pretensão autoral.

26. Assim sendo, resta-se configurado o direito autoral, razão pelo que requer a procedência do pedido da ação, no sentido de condenar a ré ao pagamento do prêmio total do prêmio do DPVAT, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), abatendo-se o valor pago pela via administrativa, por medida de justiça.

IV – DO PEDIDO

27. Ante o exposto, requer a parte autora que se digne Vossa Excelência em:

a) Deferir os benefícios da Gratuidade Judiciária, nos termos do art. 98 do CPC, por ser a postulante pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração firmada em procuração e ratificada pelo advogado, conforme art. 105 do CPC;

b) Determinar o aperfeiçoamento da citação da parte ré, para que, querendo, apresente resposta a presente demanda, sob pena de revelia;

c) Determinar realização de perícia médica, conforme art. 5º, §5º, da Lei nº 6.194/74 e o convênio firmado entre o TJRN e a seguradora requerida, para aferição das lesões;

d) ao final, **JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO** contido nesta demanda, em todos os seus termos, condenando a adversa parte a indenizar o requerente no valor do prêmio devido aos segurados inválidos permanentes totais, qual seja, **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, abatendo-se o valor pago pela via administrativa (R\$

=====

Rua Raul Limeira, 126, Conjunto Raimundo Belarmino, Frutuoso Gomes/RN, CEP: 59890-000

E-mail: raullimeira@yahoo.com.br – Fones: (84) 9.8899-5359/9.9635-0343

Página 8 de 9



2.362,50), devidamente corrigidos desde a data do pagamento a menor (e com a incidência de juros moratórios;

e) condenar a adversa parte em honorários sucumbenciais, à base de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, com base no princípio da causalidade.

28. Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela juntada de novos documentos, depoimento pessoal do representante legal da adversa parte em audiência, caso seja necessária, prova pericial e todas as demais provas que se façam necessárias para a devida instrução do processo.

29. Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Frutuoso Gomes – RN, 5 de maio de 2017.

RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO
Advogado – OAB/RN 9.340



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

NOME: <u>LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAÚJO</u>		
NACIONALIDADE: <u>BRASILEIRA</u>		ESTADO CIVIL: <u>SOLTEIRA</u>
RG nº <u>3.478.432</u>	ORGÃO EXP.: <u>ITEP/RN</u>	CPF nº <u>706.168.229-80</u>
PROFISSÃO: <u>ESTUDANTE</u>	END.: <u>SÍTIO MATA SECA</u>	
Nº <u>79</u>	BAIRRO: <u>ZONA RURAL</u>	CIDADE: <u>FRUTUOSO GOMES/RN</u>
CEP: <u>59.890-000</u>	FONE: <u>—</u>	EMAIL: <u>—</u>

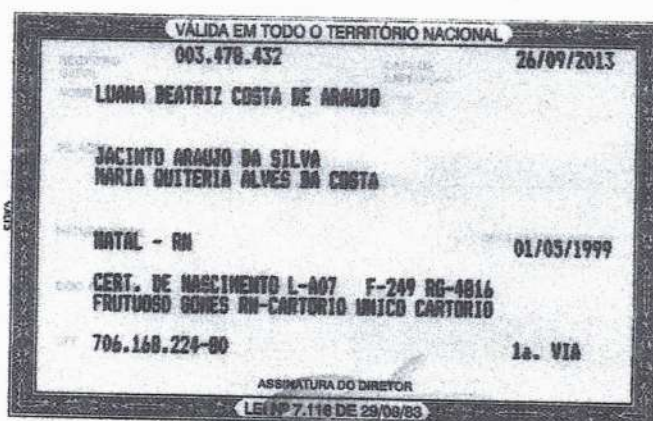
OUTORGADO: o DR. RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO, brasileiro, casado, advogado, regularmente inscrito na OAB/RN com nº 9340, nascido aos 26.03.1987, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.637.194-25, com endereço profissional na Rua Raul Limeira, nº 126, Conjunto Raimundo Belarmino, Cidade de Frutuoso Gomes – RN, CEP: 59890-000, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes; representar-me perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, requerendo o que for preciso, dando tudo por bom, firme e valioso, **ainda podendo assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do NCP.**

Especialmente para: PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT.

FRUTUOSO GOMES – RN, 1º de MAIO de 2017.

X Luana Beatriz Costa de Araújo

Outorgante





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

Catupuma Energia S.A. - Geração Norte
Rua Manoel, 157 - Bairro Natal - 54100-000 - CEP 54100-000
CNPJ nº 04.191.022/0001-15 - Fone: (51) 3091-2000 - www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
JOSE ALVES DA COSTA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
SILVIA SECA 78

CPF 029.331.074-22

ZONA URBANA/ÁREA RURAL
FRUITOSO GOMES RN
59690-000

CLASSIFICAÇÃO
B2 RURAL
BOMBEAMENTO DE ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO
Trifásico

CONTA CONTRATO 7005356584 MÊS/MO 02/2016
DATA DE VENCIMENTO 24/02/2016 DATA DE CANCELAMENTO 11/03/2016
TOTAL A PAGAR (R\$) 46,84

Nº DA NOTA FISCAL 000563354
SÉRIE UNICA
DATA DE EMISSÃO 12/02/2016
APRESENTAÇÃO Nº DO CLIENTE 5010477274 Nº DA INSTALAÇÃO 1302543

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (VAF)	100,0000000	0,35429840	35,42
Consumo Residual (CATER) (VAF)	1,0000000	0,07016504	0,00
Atividade de CME sobre o sistema CDE			5,24
Multa por atraso NF 000576687 - 12/11/15			2,73
Multa por atraso NF 000607043 - 12/11/15			0,80
Multa por atraso NF 000576687 - 14/12/15			0,79
Juros por atraso NF 000576687 - 13/01/16			0,79
Juros por atraso NF 000576687 - 14/12/15			0,14
Juros por atraso NF 000607043 - 12/11/15			0,26
			0,66

TOTAL DA FATURA

46,84

Nº DO	TIPO DA	ANTERIOR	ATUAL	DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
212015332	LAT	13010016	240200	12/02/16	13020016	14/02/16	140200	2	1,0000	1,0000	55,00
212015332	CR	13010016	1783,00	13/02/16	13020016	14/02/16	140200	2	1,0000	1,0000	39,00

MÊS/ANO	VALOR DO	VALOR DO	VALOR DO
FEV 15 100	30,85	1,00	7,32
JAN 15 100	30,85	1,00	0,35
DEZ 15 100	30,85	1,00	0,35
NOV 15 100	30,85	1,00	0,35
OUT 15 100	30,85	1,00	0,35
SET 15 100	30,85	1,00	0,35
AUG 15 100	30,85	1,00	0,35
JUL 15 100	30,85	1,00	0,35
JUN 15 100	30,85	1,00	0,35
MAY 15 100	30,85	1,00	0,35
ABR 15 100	30,85	1,00	0,35
MAR 15 100	30,85	1,00	0,35
FEV 15 100	30,85	1,00	0,35

GE04 26C6 48FC A1D5 F261 1F00 1127 2AEB

O pagamento desta Nota Fiscal de Energia Elétrica deve ser feito somente em espécie, no dia da leitura e entrega em vigor e a validade das informações em www.angel.gov.br. Pagamento em dinheiro para: Multa 2% (R\$ 414,00) - 09/09/15 e Juros 1% (R\$ 10.438-26/04/02). Descontos e descontos para a entrega de energia elétrica individual ou do nível de tensão de fornecimento. Descontos para os padrões de atendimento comercial. Faturar a Política de Energia Elétrica = 0,06

As conexões entre os pontos de medição e o ponto de entrega de energia elétrica, bem como os pontos de entrega de energia elétrica, devem ser feitas de acordo com as normas técnicas da ANEEL, sob a responsabilidade do cliente.

CONSUMO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
ALMAGAR	0,00	10,00	21,75	42,34
ALMAGAR	0,00	1,74	1,74	30,96
ALMAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
ALMAGAR	16,80	0,00	0,00	13,26

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA
DE ALMINO AFONSO/RN.

Processo nº 0100340-10.2017.820.0135
(Processo Físico)

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, empresa seguradora inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar - Centro, Rio de Janeiro, RJ, com endereço eletrônico para recebimento de citações e intimações citacao.intimacao@seguradoralider.com.br, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**, que lhe promove **LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, com arrimo no art. 335 e seguintes do NCPC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, esclarecendo, nos termos e para os fins do art. 334 do novo Código que, antes da conclusão da prova pericial, não tem interesse na composição consensual da lide.

135 PNLF-17.00002022-6 200617 1617 97

Outrossim, requer a V. Exa., com espeque no art. 272, §§ 1º e 2º, do NCPC, que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas exclusivamente em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983 e OAB/RN nº 1066-A**, com escritório no endereço—na Rua Condado, 77, bairro de Parnamirim, Município do Recife, Estado de Pernambuco, CEP Nº 52.060-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.829.483/0001-95 e devidamente registrada perante a OAB-PE sob o nº 1205.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **03/06/2015**, alegando em síntese que do sinistro ocorrido restou inválido permanente em virtude de lesão em membro.

Aduz ainda que, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, e após a devida análise da documentação apresentada a seguradora ré efetuou o pagamento da verba indenizatória no importe total de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL, TREZENTOS E SESENTA DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**

1|



www.ruedaerueda.com.br | RUA CONDADO, 77 - PARNAMIRIM, RECIFE-PE | CEP 52.060-080 TEL.: 81 3268 5251

valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente da Parte Autora.

Irresignada, ingressou na via judicial, pleiteando a complementação da indenização por entender ser devida.

Ora, Excelência, não há que ser acolhido o valor alegado pela parte autora, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso apresentado. Conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

II|DA REALIDADE DOS FATOS

Salientamos que não foi anexado a cópia do **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO AUTOR OU DE SUA REPRESENTANTE LEGAL** aos autos. Assim, em atenção aos **Arts. 319, 320 e 321 do NCPC**, que dispõem sobre a necessidade da parte autora apresentar provas pertinentes para demonstrar a verdade dos fatos alegados, documentos estes indispensáveis à propositura da ação, rogamos pela **intimação da parte Autora para que sane as ausências das cópias apresentadas, juntando assim COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME PRÓPRIO, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.**

Alega a parte autora, em sua peça vestibular, que foi vítima de acidente de trânsito, o qual teria ocasionado sua invalidez permanente, motivo pelo qual ajuizou a presente demanda visando o recebimento de indenização securitária consubstanciada no Seguro Obrigatório DPVAT.

2|

Ocorre que, após o aviso do sinistro e a sua devida regulação, fora realizado pagamento da indenização devida, em esfera administrativa, com base na lesão apurada a partir da documentação apresentada pela parte demandante.

Neste sentido, a Seguradora Ré efetuou devidamente o pagamento administrativo no valor de R\$ 2.362,50 (DOIS MIL, TREZENTOS E SESENTA DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), em conformidade ao percentual diagnosticado da invalidez acometida pela parte autora.

Ora, Excelência! Mesmo já indenizada, a parte autora provoca este MM juízo pleiteando o complemento da indenização securitária, o que, de fato, não faz jus, uma vez que já recebeu a quantia correta, conforme será demonstrado em tópico oportuno.

SINISTRO 3160065106 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A
BENEFICIÁRIO LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO
CPF/CNPJ: 70616822480

Posição em 19-06-2017 14:11:54

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/03/2016	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

É importante ressaltar que esta Seguradora Ré procedeu ao pagamento administrativo de valor correspondente à lesão suportada pelo demandante, de acordo com a legislação especial que trata do seguro obrigatório, tendo procedido ao pagamento correspondente ao grau da lesão constante da tabela contida

na Lei 11.945/09, não havendo razão ou fundamento jurídico que permita que a demandante receba uma indenização no valor máximo, razão pela qual a presente demanda deverá ser julgada improcedente.

III | DAS PRELIMINARES

III.1 | DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

§ 5º - O Instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

A Lei nº 11.945/2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).

PROCESSO CIVILDPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. NECESSIDADE DE LAUDO DO IML. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1.Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia

4|



médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3. Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4. Apelação improvida. 5. Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 12/12/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 233)

É sabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, inclusive fixado por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com fundamento no caput do artigo 12 da Lei nº 6.194/74 que normatiza, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Assim, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, inclusive em conformidade ainda ao **artigo 319, inciso VI e 320, do Novo Código de Processo Civil** em que determina que compete à parte autora instruir a petição inicial, com provas indispensáveis para comprovar suas alegações.

Caso não haja cumprimento pela parte autora, de rigor a aplicação do parágrafo único do **art. 321** e, por conseguinte, a rejeição da pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV, todos da Lei Adjetiva Civil**.

III. 2 | FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida à baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.

Como bem restou comprovado nos autos, o demandante já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente, conforme MEGADATA em anexo.

Ainda, há de se ressaltar que o demandante, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da demandada.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

"Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada."

"Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante."

Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.
(Grifos nosso)

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz¹ que "(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito,

¹ Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.



exonera o devedor da obrigação”, e que “tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes”. Indo mais além, afirma que mesmo que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstâncias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante depósito bancário feito pelo devedor em conta-corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago”.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa², que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado. Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2, DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demandada.

IV| DO MÉRITO

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pelos Requerentes.

²Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

IV. 1 | DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL - NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, "b", e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:

"(...) I - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...)"

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a Súmula 474:

"A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.

Para embasar seu pedido a parte autora sustenta que sua pretensão encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74, a qual prevê a indenização no valor de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente, devendo-se observar que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa (100%) e incompleta (10, 25, 50 e 75%).

É o que se ver:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de invalidez parcial, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo STJ em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

"Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008."

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.

Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

IV. 2 | EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (DOIS MIL, TREZENTOS E SESSENTA DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), conforme se pode inferir do MEGADATA apresentado no início dessa peça.

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria Parte Autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

Sucede que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibriá-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 17º e 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil de 2015.

IV.3 | DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

IV.4 | DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 240 da Nova Lei Processual Civil vigente de 2015, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida,

12|



entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Súmula 580 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso, senão vejamos:

"Súmula 580 - A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/1974, redação dada pela Lei 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o que verdadeiramente não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do evento danoso, tendo em vista o esposado na Súmula 580 do STJ, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

IV. 5|DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCP/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:

"Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas".

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja proporcionalmente distribuído, conforme supracitado.

V| REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa. preliminarmente:

- a) **Determinar o depoimento pessoal da Parte Autora³, com a intenção de esclarecer sobre a verdade dos fatos alegados à exordial;**
- b) **Seja a parte autora intimada a colacionar nos autos cópias de comprovante de residência em nome próprio de forma legível, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito;**
- c) **Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação – Laudo IML, com base no art. 320, art. 321 c/c Art. 485, inc I do NCPC/2015;**
- d) **Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, diante da ausência de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demanda.**

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) **Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma**

³ Art. 385 do NCPC: Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.

administrativa - **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL, TREZENTOS E SESENTA DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);**

- b) Caso assim não entenda este MM. Juízo, pela improcedência de plano do pleito autoral, requer seja determinada a produção de prova pericial, nos termos da legislação aplicável, a fim de comprovar a proporcionalidade da invalidez alegada pela Parte Autora, uma vez que a Seguradora Ré já cumpriu integralmente sua obrigação quando do pagamento administrativo;
- c) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- d) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir do evento danoso, em conformidade com a súmula 580 do STJ;
- e) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 86, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuídos.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

Por oportuno, esta Seguradora informa que necessita de tempo hábil para cumprir a determinação deste MM juízo referente à apresentação de cópias do processo administrativo. Em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa disposto no art. 5º, LV da CF/88, requer que Vossa Excelência se digne a conceder prazo

16|



de 15 (quinze) dias para que esta Seguradora cumpra a determinação de juntada de cópias do processo administrativo do presente caso.

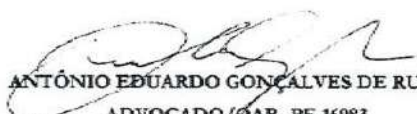
Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 425, inciso VI do Novo Código de Processo Civil de 2015.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 85, § 2º c/c art. 86 do NCPC/2015.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Almino Afonso/RN, 19 de junho de 2017.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
OAB/RN nº 1066-A


Luan de Lima Bezerra
Advogado
OAB/RN 15023

ROL DE QUESITOS (ANEXO I)

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



ANEXO II
(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008)
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso
Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, ALMINO AFONSO - RN - CEP: 59760-000

Processo: 0800397-51.2019.8.20.5135

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença.

Intime-se a parte executada, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de acréscimo de multa de 10% e honorários advocatícios, também no percentual de 10%, conforme art. 523, §1º, do CPC. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (CPC, art. 523, §2º).

Realizado o adimplemento espontâneo, expeça-se o competente alvará judicial para o levantamento da importância depositada em Juízo, em favor da parte credora.

Não havendo o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte devedora apresente, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de penhora ou nova intimação (CPC, art. 525).

Destaque-se, por oportuno, que a impugnação não terá efeito suspensivo, salvo se, garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, forem relevantes os seus fundamentos e se o prosseguimento do procedimento for manifestamente suscetível de causar grave dano de difícil ou incerta reparação (CPC, art. 525, §6º).

Transcorrido *in albis* o prazo previsto no art. 523 do CPC para o adimplemento espontâneo da obrigação, determino sejam requisitadas ao Banco Central do Brasil, via BACENJUD, informações acerca da possível existência, no sistema bancário brasileiro, de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, até o valor do débito, em nome da parte devedora.

Efetuada o bloqueio, intime-se a parte devedora da indisponibilidade de ativos financeiros, nos termos do art. 854, §2º, do CPC, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar, se for o caso, que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que o valor bloqueado é excessivo (CPC, art. 854, §3º).

Não apresentada manifestação pela parte devedora, determino a conversão da indisponibilidade em penhora, independentemente da lavratura do termo (CPC, art. 854, §5º), e a consequente expedição de alvará de levantamento em favor da parte credora.

Restando frustrada a tentativa, intime-se a parte credora para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar planilha atualizada do débito e indicar bens penhoráveis ou requerer o que entender cabível, sob pena de arquivamento.

Em caso de inércia, arquivem-se os autos, ficando a parte interessada advertida de que o desarquivamento poderá ser requerido a qualquer tempo, desde que antes de consumada a prescrição.

Expedientes necessários.

Almino Afonso/RN, data do sistema.

LARISSA ALMEIDA NASCIMENTO

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei n. 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso
Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, ALMINO AFONSO - RN - CEP: 59760-000

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo n.º 0800397-51.2019.8.20.5135

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

Exequente: LUANA BEATRIZ COSTA DE ARAUJO

Executado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ilmo(a). Rep. legal do(a)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Rua da Assembléia 100, Andar 26, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

De ordem do(a) Dra) LARISSA ALMEIDA NASCIMENTO, Juiz(a) da Vara Única da Comarca de Almino Afonso, fica Vossa Senhoria, INTIMADO(A) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de acréscimo de multa de 10% e honorários advocatícios, também no percentual de 10%, conforme art. 523, § 1º do CPC. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante (CPC, art. 523, § 2º). Segue, em anexo, cópia da inicial de execução e do Despacho.

Almino Afonso/RN, 20 de maio de 2019.

LENIVAN NUNES DE PAIVA

Chefe de Secretaria